

Seminário de Divulgação dos resultados dos impactos socioambientais da produção de agrocombustíveis (Cana de Açúcar e Soja) e de fortalecimento das organizações locais em Barra do Bugres

Data: 19 e 20 de junho de 2013.

Local: Paróquia Santa Cruz, Barra do Bugres, MT.

Apresentação

O Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD, com o objetivo de democratizar as informações sobre as questões socioambientais, realiza três seminários de divulgação da pesquisa sobre a monocultura da soja e da cana-de-açúcar em Mato Grosso: Barra do Bugres dias 19 e 20 de junho, Sinop dias 24 e 25 de junho, e em Cuiabá dias 27 e 28 de junho.

Ao longo de 2011 e 2013, o FORMAD, com o Apoio da Oxfam Novib da Holanda, desenvolveu o projeto “AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA PRODUÇÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS EM MATO GROSSO (CANA-DE-AÇÚCAR E SOJA)”. O objetivo central do projeto foi avaliar o contexto do modelo de produção agrícola de Mato Grosso, baseado na agricultura de monocultivo intensivo, com desmatamento sem fronteiras e ilegais, sementes geneticamente modificadas (transgênicos) e o uso indiscriminado de agrotóxicos e adubos químicos.

Os dois eixos centrais de atuação do projeto foram:

- Avaliar os impactos socioambientais gerados na produção dos agrocombustíveis a partir da realização de pesquisas de campo nos municípios de Barra do Bugres (Cana-de-Açúcar) e Lucas do Rio Verde (Soja);
- Fortalecer a sociedade civil através de capacitação, por meio de encontros regionais, visando a organização para o enfrentamento dos impactos sofridos, além da apresentação de propostas alternativas em contraponto a este modelo produtivo e impactante.

Depois de concluídos os estudos de campo e as oficinas de validação das informações coletadas foram definidos os principais problemas decorrentes da produção de soja e cana-de-açúcar nas respectivas regiões. Chegou a hora de:

(1) **Apresentar e divulgar os resultados** da pesquisa em forma de livro, caderno e documentário audiovisual:

- ✓ Quem é beneficiado com este modelo de produção e quem é prejudicado?
- ✓ Que impactos tem causado para a agricultura familiar camponesa, os povos tradicionais indígenas e quilombolas?

- ✓ Que consequências traz em relação ao custo de vida, à segurança alimentar e à saúde da população rural e urbana?
- ✓ Como isso afeta o meio ambiente: a vida na terra e das águas, os rios, poços e mananciais, a atmosfera e a biodiversidade?

(2) Avaliar as **estratégias governamentais** em suas matrizes energéticas:

- ✓ Os agrocombustíveis são solução energética?
- ✓ Quais são as estratégias governamentais em relação à produção e consumo de energia?

(3) **Debater políticas públicas** de controle social e **estratégias de enfrentamento** dos impactos socioambientais impingidos por este modelo de produção:

- ✓ Que medidas imediatas precisam ser tomadas?
- ✓ Como garantir um monitoramento dos reais impactos negativos provocados por este modelo de produção?

(4) **Reinventar** o modelo de produção que respeite e integre o ser humano ao ambiente e à biodiversidade:

- ✓ Que matrizes energéticas contrapor a este modelo de grandes monoculturas?
- ✓ Como fortalecer a agricultura familiar camponesa agroecológica e as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas em seus projetos de bem viver?

Os objetivos específicos do seminário de Barra do Bugres foram:

- ✓ Apresentar e divulgar os resultados da pesquisa do Formad sobre os impactos socioambientais da produção de cana-de-açúcar.
- ✓ Debater políticas públicas de compensação e de garantia dos direitos das pessoas e comunidades impactadas.
- ✓ Fortalecer a agricultura familiar camponesa, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, e pescadores de Barra do Bugres.

Programação:

Dia 19/06: Apresentação dos dados do estudo de caso: Sérgio Schlesinger;

Políticas públicas de compensação e de garantia dos direitos das pessoas e comunidades impactadas;

Dia 20/06: Estratégias de fortalecimento da agricultura familiar camponesa, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, e pescadores.

1º Momento: apresentação dos dados da pesquisa e debate

O seminário iniciou com a apresentação dos presentes e dos objetivos do seminário. Estavam representadas a comunidade indígena Umutina, os Quilombolas do Morro Redondo, o Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Barra do Bugres,

Colônia de Pescadores Z 10, Assentados do INCRA, um professor e alunos da UNEMAT, e o secretário de agricultura do Município de Barra do Bugres. Ao todo vinte e cinco pessoas participaram do seminário, um número menor do que o esperado (veja lista de presença anexa). Segundo Conceição R. Martins, do assentamento Cabaças, disse que muitos dos que ela convidou não vieram por que tem medo de represálias. O mesmo foi reforçado secretário de agricultura. Também há o problema de pouco gente assumindo muita coisa.

Em seguida foi apresentado o vídeo: "Dois casos sérios de agrocombustíveis".

Seguiu-se com a apresentação do Sérgio sobre a avaliação dos impactos socioambientais da produção de agrocombustíveis, conforme PowerPoint disponível para download na página web do FORMAD: WWW.formad.org.br Seguem apenas alguns destaques da apresentação:

- A Europa está preocupada em substituir o combustível fóssil. Partiu-se para modelos de certificação.
- Não é a Amazônia a principal responsável pelas águas, e sim o Cerrado, que é a caixa de água do Brasil. O Cerrado é o "primo pobre" da Amazônia.
- Sabe-se quantas toneladas de soja, de cana e de carne... mas não há dados sobre a produção de peixe, de alimentos. A produção de arroz encolheu significativamente, sendo hoje inclusive importado.
- O gado bovino na Amazônia legal cresceu três vezes mais que na média do Brasil. Isso comprova que a soja é responsável pelo desmatamento da Amazônia sim.

Debate

Gabriel, do assentamento Cabaças. Depois de dez anos de baixo da lona, finalmente entramos na área como assentados há cinco anos, e não estamos conseguido produzir, porque não conseguimos licenciamento: LAU, DAP, PRONAF. Hoje tem um pouco de apoio da prefeitura, mas não podemos abrir um ou dois alqueires para plantar e comer. Há o que venderam a terra por doenças, outros porque ficaram sozinhos...

A agricultura tem de dar um respaldo à agricultura familiar. A gente vê falar na TV, mas aqui não chega nada. Estamos tendo que fazer carvão clandestino para poder sobreviver. Outros arrendam clandestinamente pasto para poder ter uma rendinha. Agora, se quisessem plantar soja, teriam todo financiamento.

A empresa terá que entrar com uma contra partida.

Sebastião: Houve provocação para os órgãos governamentais, para produzir mamona, amendoim, milho, batata doce, gergelim. O interesse da Barralcool é comprar soja da agricultura familiar para cumprir a meta do selo social.

Nós freamos a implantação por causa do veneno. Como aqui a terra é muito arenosa,

estamos incentivando o amendoim, ou o milho. Houve uma discussão com Barralcool. O assentamento Antônio Conselheiro já está mais adiantado.

O que eles tem que entender que a agricultura familiar é totalmente diferente. Pelo cadastro,

30% dos assentados conseguem produzir para si. 70% não conseguem produzir, a não ser por pastagem.

Gabriel: tem de ter variação de plantação. Trabalhar com o sistema orgânico. E tem mercado, até para exportar. Nossa região é rica para produzir peixe orgânico, leite orgânico...

Sebastião: Fazer uma força tarefa para dar o incentivo, conseguir incentivo também das empresas.

Luzia: Como agricultores familiares, estamos acostumados a plantar para sobreviver. Mas hoje precisamos também tirar a renda da terra para comprar as outras coisas necessárias. Buscamos recursos públicos. Acessar PAA, PNAE.

Quando veio a Barralcool, fiquei preocupado. Quais são os benefícios? A Barralcool dispõe de assistência técnica, mas para produzir mamona, milho e amendoim. Tem necessidades e a decisão não anda. Depois veio a proposta de plantar soja, plantar cana. A agricultura familiar tem de ter um alicerce, e nós não temos.

2º Momento: Grupos de Trabalho

Os grupos debateram as medidas imediatas apontados na pesquisa, com o objetivo de apresentar em um documento as medidas necessárias à melhoria da qualidade de vida das populações residentes na região de Barra do Bugres.

As propostas de alteração e de acréscimos foram apresentadas, debatidas e acrescentadas ao documento que será anexado a este relatório.

3º momento: Encaminhamentos

Ficou definido neste seminário que o caminho é de protocolar o documento junto a órgãos públicos. Outro caminho seria o de convocar uma audiência pública.

O indicativo é protocolar o documento o quanto antes possível, solicitando uma reunião com data marcada. A sugestão inicial é o dia 09 agosto, no auditório da Câmara Municipal.

O protocolo será encaminhado à Prefeitura, Câmara de vereadores, SEMA, Polícia Ambiental, Barralcool, Ministério público, OAB, Universidade, MDA, Secretarias estaduais.

O documento será assinado pelo grupo de discussão.

O encaminhamento do documento será feito na próxima segunda-feira, dia 24 de junho de 2013, pela seguinte comissão: José Viana, da Colônia de Pescadores Z 10; Sebastião

Lima, do Sindicato dos Trabalhadores das Trabalhadoras Rurais; Maria Alice Cupudunepá, do povo indígena Umutina; e Manoel Agemiro, do Quilombola Morro Redondo.

Seguem dois anexos: Documento com as reivindicações das organizações locais, e a lista de presença.

Anexo 1:

**Medidas necessárias à melhoria da qualidade de vida das populações
residentes na região de Barra do Bugres**

Barra do Bugres, 20 de junho de 2013

O Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), por meio do Projeto **"Avaliação dos impactos socioambientais da produção dos agrocombustíveis em Mato Grosso (Cana-de-Açúcar e Soja)"**, desenvolveu estudos sobre o cultivo da soja e da cana-de-açúcar em duas diferentes regiões do Estado. Participaram ativamente do trabalho diversas organizações a ele filiadas, as populações locais diretamente envolvidas e suas instituições representativas. Para o caso da cana-de-açúcar, foi escolhida a região Centro-Sul do Mato Grosso, tomando como referência o município de Barra do Bugres, assim como os municípios vizinhos onde a cultura da cana está presente.

Em Barra do Bugres localiza-se a sede da Barralcool, que, além da usina, possui também uma vasta área de plantio de cana-de-açúcar. O município é aquele que apresenta a maior proporção de cana plantada no Mato Grosso, relativamente à sua superfície total, e também aquele onde se dá a maior parcela do cultivo da cana no estado, com cerca de 40 mil hectares. Há outras usinas em municípios próximos, sendo a Itamarati, em Nova Olímpia, a mais próxima e, por consequência, aquela responsável, ao lado da Barralcool, pelos maiores impactos socioambientais resultantes da produção sucroalcooleira sobre Barra do Bugres.

Barra do Bugres situa-se na Bacia do Alto Paraguai, que, juntamente com a Amazônia e o Pantanal, foi declarada zona de proibição de expansão do plantio no Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, estabelecido pelo Governo Federal em 2009, justamente pelos impactos já verificados, sobretudo no que diz respeito ao assoreamento dos rios e à contaminação das águas pela vinhaça.

Onde quer que se instalem, monoculturas como a da cana-de-açúcar concentram a propriedade da terra, reduzem a biodiversidade, a produção de alimentos diversificados e

a quantidade de água disponível. Além disso, contaminam o solo, o ar e as águas, como consequência do uso intensivo de agrotóxicos.

A monocultura da cana, crescentemente mecanizada, também não gera postos de trabalho suficientes para empregar a população deslocada de suas pequenas propriedades. Além disso, o maquinário e os insumos agrícolas utilizados vêm de fora, reduzindo ainda mais as possibilidades de geração de postos de trabalho e resultando em uma distribuição da renda especialmente injusta. E ainda mais desigual do que antes da chegada da cana, quando já dominavam a região grandes fazendas de gado, que seguem em expansão, também em áreas antes ocupadas por agricultores familiares.

Além disso, com a mecanização progressiva do corte da cana (mais de 70% já são realizados por máquinas), surge o problema daqueles cortadores que vão perdendo seus empregos. Estes postos de trabalho, apesar de requererem esforços físicos desumanos, são sua única alternativa de renda. Não existem programas governamentais ou privados para assegurar novos postos de trabalho para aqueles que vão sendo demitidos.

Também por conta da expansão simultânea da cana e do gado, muitos agricultores, a maioria sem condições de viver de sua produção agrícola, estão hoje nos diversos assentamentos existentes no município: Cabaças, João e Maria, Antônio Conselheiro, Buriti Fundo, Jatobá e Campo Verde.

As populações quilombolas, que moram em áreas mais distantes da cana, tiveram grande parte de suas terras ocupada pelas novas áreas de pastagem, hoje em mãos de grandes fazendeiros, muitos deles também proprietários da usina. A maioria dos quilombos da região não tem suas terras legalmente reconhecidas, e como tal protegidas. Por isso, seus habitantes encontram-se muitas vezes espremidos entre uma área de pastagem e a encosta de um morro, vivendo em áreas insuficientes para suas atividades agrícolas. E os rios em que antes pescavam se encontram sem mata ciliar, com poucos peixes, contaminados pelos agrotóxicos utilizados na cultura da cana e nas áreas de pastagem. Além disso, os quilombolas são impedidos pelos fazendeiros de chegar a estes rios, já que para isso têm que atravessar suas terras.

Apesar de terem sua Terra Indígena demarcada, os Umutinas vivem situação semelhante de abandono, que os impede de seguir vivendo da agricultura e da pesca. Boa parte deles, apesar de afirmar o desejo de viver de suas atividades tradicionais, precisa buscar emprego nas cidades ou nas grandes fazendas de gado.

Os Umutinas denunciam também os frequentes derramamentos de vinhaça nos rios que delimitam sua terra. Em 2007, um vazamento deste resíduo do processamento da cana, em área da usina Itamarati, causou a morte de grande quantidade de peixes e outras espécies.

Desmatando e contaminando os rios, a cana traz sérias dificuldades também para os pescadores profissionais de Barra do Bugres. Por outro lado, não são tomadas medidas

que viabilizem novas atividades para aqueles que não podem mais viver da pesca.

É sabido que as populações que vivem em assentamentos, terras indígenas e quilombos em todo o Brasil enfrentam uma série de dificuldades para obter seu sustento a partir da produção familiar de alimentos. Problemas relativos à ausência de infraestrutura, regularização ambiental, assistência técnica, financiamento da produção e outros vêm inviabilizando a permanência de muitas destas famílias em suas terras. Alguns aspectos destas dificuldades, no entanto, parecem ser característicos das localidades estudadas.

Essas populações, já empobrecidas, precisam hoje pagar caro por alimentos vindos de longe. E depender dos usineiros, se quiserem comprá-los em Barra do Bugres. Ao contrário de outras cidades não dominadas pelas usinas, o município não tem unidades das cadeias de supermercados presentes na região. Os mercados locais pertencem aos usineiros ou a seus familiares. E tudo é vendido a preços muito mais altos do que em outras cidades.

Nestas condições, seria de se esperar dos governos locais forte apoio à produção familiar de alimentos, tanto para viabilizar a produção familiar agrícola e pesqueira quanto para permitir o acesso da população local a alimentos mais frescos e mais baratos.

Mas, ao contrário, constatamos um panorama em que o agricultor precisa enfrentar primeiramente a burocracia para legalizar sua produção e ter acesso ao crédito oficial. Obtida a regularização no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, ele pode então ter acesso ao financiamento da produção, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). E, a partir, daí, vender essa produção através dos programas de aquisição de alimentos instituídos pelo Governo Federal.

Vencidas essas etapas, arrisca-se a plantar e perder sua produção por falta de compradores locais. No caso dos programas de aquisição de alimentos, depende também da ação dos governos estadual e municipal para a efetivação das compras. Para a venda da produção a supermercados ou diretamente ao consumidor, surge outro obstáculo. Suas terras geralmente estão situadas em locais distantes da sede do município, e ligadas a ela através de estradas precárias.

A inviabilização da produção resulta em um panorama comum a inúmeros assentamentos em todo o país. Os mais velhos, na impossibilidade de produzir, contam apenas com os recursos da aposentadoria rural e do Bolsa Família. E seus filhos têm que buscar trabalho e escola na cidade.

Aquisição de alimentos pelo governo

O governo federal oferece alguns programas para estimular a aquisição da produção familiar em parceria com os governos estaduais e municipais: os mais importantes são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE). Os números divulgados pela Conab, no entanto, mostram que estes dois importantes programas pouco ou nada são utilizados nestes municípios. Verificando o banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pela gestão financeira do PAA, encontramos o valor zero de utilização do PAA em 2011 e 2012 em diversos municípios da região.

O PNAE, que disponibilizou R\$ 990 milhões para a compra direta de produtos da agricultura familiar em 2012, não adquiriu quantidade significativa de alimentos nestas localidades. É de se destacar que ambos os programas requerem ativa participação dos governos federal, estadual e municipal.

O direito ao meio ambiente e à saúde

A pulverização de agrotóxicos nas monoculturas presentes em Mato Grosso é realizada por tratores e aviões agrícolas, e as névoas daí resultantes, além de atingirem os alvos, também atingem os trabalhadores, o ar, o solo, a água, os moradores, os animais e outras plantas no entorno de lavouras como a da cana. Assim, o cotidiano da população é a convivência com as máquinas e seus ruídos e com os odores dos fertilizantes químicos e dos agrotóxicos.

Ao longo do estudo, ouvimos várias narrativas sobre os problemas de saúde causados pela exposição aos agrotóxicos. Mas constatamos também que estes fatos não se transformam em números oficiais que componham estatísticas que permitam, por sua vez, a comprovação desta relação de causa e efeito entre as doenças e a exposição aos agrotóxicos.

Agrotóxicos e produção de alimentos

Os agricultores que buscam produzir em áreas próximas às da monocultura sofrem constantes prejuízos, causados pela utilização intensiva de agrotóxicos nas áreas plantadas com cana-de-açúcar. Um dos agrotóxicos utilizados pelos grandes produtores é o dessecante, aplicado para acelerar a maturação e a colheita da cana.

O uso intensivo dos agrotóxicos faz com que as pragas sobreviventes se transfiram para as áreas de produção familiar e ataquem suas lavouras. Os agrotóxicos, assim como o desmatamento, provocaram ainda o desaparecimento quase total de diversas espécies de peixes que povoavam os rios da região.

Reivindicações

Reunidos em Barra do Bugres nos dias 19 e 20 de junho de 2013, com apoio do Formad (Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento), nós, das organizações sociais do município,

- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barra do Bugres;
- Colônia de Pescadores Z-10;
- Terra Indígena Umutina; e
- Comunidades quilombolas de Barra do Bugres,

solicitamos aos representantes do poder público municipal, estadual e federal medidas concretas e imediatas para solucionar os problemas aqui apresentados. Sinteticamente, são as seguintes as nossas reivindicações:

- **Viabilização da produção e da comercialização da agricultura familiar**

- Ação conjunta, nos níveis municipal, estadual e federal, para regularizar a produção familiar de alimentos, fornecendo toda a documentação necessária à regularização fundiária, licenciamento ambiental, produção e comercialização dos alimentos, assim como para o acesso aos créditos do Pronaf e outros programas de financiamento destinados a viabilizar suas atividades.
- Regularização e demarcação das áreas quilombolas do município, com atenção especial aquelas que possuem terras que ultrapassam os limites de Barra do Bugres, como é o caso da de Retiro.
- Reformulação dos padrões tradicionais de assistência técnica e extensão rural. Assistência para o planejamento e a execução da produção, com formação de multiplicadores locais, voltada para a produção de alimentos sob um modelo agroecológico, movimentando mais a economia local, gerando mais postos de trabalho e distribuindo a renda de forma justa. O governo municipal deve disponibilizar ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) pública gratuita de qualidade.
- Melhoria da qualidade das estradas de acesso às localidades distantes onde há produção de alimentos, sobretudo aos assentamentos, quilombos e terra indígena, para viabilizar o escoamento da produção.
- Programas de educação e formação profissional voltados para os ex-cortadores de cana-de-açúcar, que lhes assegurem o exercício de outras atividades, assim como condições dignas de trabalho e renda.
- Promoção de estudos para implantação de projetos de piscicultura voltados para os profissionais da pesca, indígenas, assentados e quilombolas, que hoje têm sua renda muito reduzida. Considerando a redução do pescado na região, é necessário desenvolver ações concretas e legais que possibilitem a geração de renda, tanto para os pescadores profissionais quanto para as comunidades e povos tradicionais, que sempre tiveram, também, este pescado como fonte de alimentação.
- Promoção de feiras públicas, visando à comercialização direta da produção entre produtores e consumidores.
- Preferência à agricultura familiar local nas aquisições de alimentos consumidos por todos os órgãos de serviço público.
- Promoção do funcionamento efetivo, na região, dos programas oficiais existentes que preveem a compra preferencial de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Criação de leis para PAA estadual e municipal.

- Valorização dos produtos agroecológicos, através de aquisições preferenciais pelos programas oficiais de compra de alimentos.
- Identificação de quem são, atualmente, os fornecedores das matérias primas utilizadas pela Barralcool na produção de biodiesel, verificando se, no caso da soja, se trata de fato de produção da agricultura familiar.
- Solicitação ao Ministério Público de investigação sobre possível existência de monopólio no setor de supermercados do município.
- Certificação dos produtos e serviços da agricultura familiar pela ATER municipal, ATER estadual, MDA, universidade, com respaldo do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável). O resultado deverá ser o reconhecimento, através de selo próprio, de produtos da agricultura familiar.
- Certificação participativa para produtos e serviços agroecológicos da agricultura familiar por suas próprias organizações, ATER municipal, ATER estadual, universidade, com respaldo do CMDRS. O resultado deverá ser conceder à propriedade rural ou à comunidade um selo do produto agroecológico.

- **Proteção da saúde da população e do meio ambiente**

- Regulamentação rigorosa do uso de agrotóxicos e outros poluentes, como primeiro passo rumo à proibição definitiva do uso destes produtos.
- Estudo da incidência de doenças vinculadas à exposição aos agrotóxicos, comparando os dados destas áreas com os de outras onde não está presente a monocultura.
- Análise permanente da qualidade da água, verificando a contaminação por agrotóxicos, através de convênios com instituições de saúde pública como a Fiocruz e universidades públicas.
- Revitalização dos rios da região e repovoamento das águas com espécies originais.
- Estudo, durante um a dois anos, sobre a dispersão da vinhaça e torta de filtro e seus impactos ambientais na região, verificando a eventual contaminação do lençol freático e outros possíveis problemas que possam, também, inviabilizar a produção orgânica de alimentos. Análise da composição destes resíduos, verificando se há adição de produtos químicos.
- Manutenção da Bacia do Alto Paraguai como zona de proibição da expansão do plantio de cana-de-açúcar, combatendo iniciativas da bancada ruralista no Congresso Nacional que buscam retirar a proteção em vigor para esta e outras regiões do Brasil.
- Conclusão do processo judicial sobre o vazamento de vinhaça em 2007, movido pelo Ministério Público, estabelecendo medidas concretas para impedir a repetição de fatos como este e indenizando os atingidos. O Formad irá trabalhar para obter apoio de advogados para acompanhar o processo.
- Implantação de coleta seletiva e sistemática do lixo, hoje disperso por todo o município, gerando postos de trabalho para a população. O lixão existente está situado entre a nascente de dois importantes córregos e uma baía, sobre o lençol freático, próximo à zona de expansão industrial. No local, há abatedouros, atividade com alto potencial de contaminação do meio ambiente.
- Elaboração de projeto de recuperação da área hoje ocupada pelo lixão, após sua desativação, eliminando os resíduos remanescentes, como o chorume, evitando a permanência da contaminação ambiental.

- Promoção de estudo que determine a área apropriada para a instalação de um aterro sanitário e suas especificações.
- Implantação da reciclagem do lixo coletado, promovendo em paralelo a geração de emprego e renda, através do apoio à organização de cooperativas que utilizem os resíduos coletados para a produção de artesanato e outros produtos, devidamente certificados. Devem também ser criados mecanismos para comercialização, sem intermediários, de materiais como PET, alumínio, vidro, etc. O lixo orgânico deve ser processado e utilizado como adubo na produção agroecológica de alimentos.
- Elaboração de estudo para determinar distâncias mínimas permitidas para o lançamento da vinhaça utilizada como fertilizante nas áreas de plantio da cana-de-açúcar, protegendo especialmente as cabeceiras e baías dos rios.
- Captação e tratamento adequado do esgoto sanitário do município, prioritariamente o da área urbana, impedindo seu lançamento *in natura* nas águas dos rios e córregos.
- Instalação de lixeiras em todo o município, com atenção especial a margens de rios, córregos e outros locais de importância estratégica, estimulando a participação da sociedade civil nesta tarefa, através de campanhas educativas.
- Criação, através de processo participativo, de normas ambientais específicas, apropriadas às condições ambientais, atividades agrícolas e industriais do município, prevendo penalidades para os transgressores e indenização imediata dos atingidos.

Assinam:

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barra do Bugres

Colônia Z 10 de Pescadores de Barra do Bugres

Terra Indígena Umutina

Comunidades quilombolas de Barra do Bugres

Apoio: Formad

Anexo 2: LISTA DE PRESENÇA

Nome	Entidade	E-mail	Telefone
Caio Bruno de Oliveira	FORMAD	caiobruno.jor@gmail.com	65 8160-6303
Camila N. Amajunepá	Umutina	camilamajunepa@hotmail.com	65 9692-8492
Claudia da Silva	Quilombo Morro Redondo		65 9917-5923
Conceição R. Martins	Ass. Cabaças		65 9977-5728
Domingos Batista			65 9935-1335
Elias Antônio Morgan	Unemat	unemat.morgan@gmail.com	65 9602-1743
Gabriel R. dos Santos	Ass. Cabaças		65 9967-5280
João Inácio Wenzel	FORMAD	joainaciow@gmail.com	65 9984-4134
Joel Ricarte de Brito	Colônia Z 10	britojuniorbb@gmail.com	65 9603-0575
José F. Espuduengos	Massepê		
José Viana Neto	Colônia Z 10	joseviananeto@hotmail.com	65 9964-8995
Luzia A. A. de Oliveira	Umutina	luziaumutina@hotmail.com	65 9988-6038
Manoel Azumiro de Jesus	Quilombo Morro Redondo	65 9665-5029	65 9614-3824
Maria Alice S. Cupudenepá	Takiná	aliceumutina@hotmail.com	65 9925-9220
Micheli Bernardi Fondi	Unemat	michelibernarditga@hotmail.com	65 9936-4434
Nelson Edis Berto	Morro Redondo		65 9950-1062
Renan Naon Dabolt	Unemat	renandabolt@gmail.com	65 9991-8278
Ricardo Cleuner	STTR	ricardocluner@hotmail.com	65 9947-5877
Rodrigo Faccioni	Secr. Agricultura	rfaccioni@hotmail.com agricultura@barradobugres.mt.gov.br	65 8435-8178
Sebastião Antônio de Lima	STTR B.Bugres		65 9977-8596
Sergio Schlesinger	Fase	ssergio.sc@gmail.com	21 9485-0319
Tássia Lopes dos Santos	Unemat	dra_tassia@hotmail.com	65 9944-3279
Venina Clara da Silva			
Vilmon Alves Ferreira	Fase/Formad	vilmonvaf@fase.org.br	65 9972-5158